



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO CEDUC
DEPARTAMENTO DE
FILOSOFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA**

FLÁVIO MENEZES ROCHA

**SOBRE A DEDUÇÃO METAFÍSICA, EM
KANT:
DA TÁBUA DOS JUÍZOS À TÁBUA DAS
CATEGORIAS**

**CAMPINA GRANDE
2022**

FLÁVIO MENEZES ROCHA

SOBRE A DEDUÇÃO METAFÍSICA, EM KANT:
DA TÁBUA DOS JUÍZOS À TÁBUA DAS CATEGORIAS

Trabalho de Conclusão de Curso em Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em Filosofia.

Área de Concentração: Teoria do Conhecimento e Metafísica.

Orientador: Dr. Carlos Antônio de Souza

CAMPINA GRANDE
2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

R672s Rocha, Flavio Menezes.
Sobre a dedução metafísica, em Kant [manuscrito] : da
tábua dos juízos à tábua das categorias / Flavio Menezes
Rocha. - 2022.

42 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia)
- Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação ,
2023.

"Orientação : Prof. Dr. Carlos Antônio de Souza ,
Coordenação do Curso de Filosofia - CEDUC."

1. Metafísica. 2. Lógica. 3. Tábua das categorias. I. Título

21. ed. CDD 110

FLÁVIO MENEZES ROCHA

SOBRE A DEDUÇÃO METAFÍSICA, EM KANT: DA TÁBUA DOS JUÍZOS À
TÁBUA DAS CATEGORIAS

Trabalho de conclusão de Curso de
graduação em Filosofia, da Universidade
Estadual da Paraíba, apresentado como
requisito parcial para a obtenção do grau de
licenciado em filosofia

Área de concentração: Teoria do Conhecimento

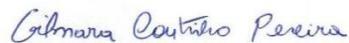
Aprovado em: 14/12/2022

BANCA EXAMINADORA



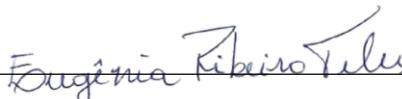
Prof. Dr. Carlos Antônio de Souza (orientador)

Universidade Estadual da Paraíba



Profa. Dra. Gilmara Coutinho Pereira

Universidade Estadual da Paraíba



Profa. Dra. Eugênia Ribeiro Teles

Universidade Estadual da Paraíba

AGRADECIMENTOS

Ao Criador da ordem universal, que mesmo sendo excelso, atenta para as coisas minúsculas e perecíveis.

Ao meu pai, Sr. Martim Maurício Rocha, que, com mãos calejadas, providenciou o mantimento e sempre foi um pai amigo.

À minha mãe, Sra. Clara Francisca Menezes Colares, que mesmo distante, me apoia moralmente em minhas decisões.

Aos meus filhos, Raôni Hassan Patrício Rocha e Sara Sophie Patrício Rocha, que me enchem de alegria todos os dias, e me lembram das minhas responsabilidades.

Ao meu Orientador, Prof. Dr. Carlos Antônio de Souza, que protagonizou meu primeiro contato com a Filosofia, e hoje com paciência, me conduz na orientação dessa pesquisa.

Às professoras que compõem a banca, Dra. Eugênia Ribeiro Teles e Dra. Gilmara Coutinho Pereira, pelas quais tenho apreço e respeito.

Aos professores Nilton Conserva e Júlio Cesar Kesting, aos quais também admiro.

A todos os professores que fazem o Curso de Filosofia da UEPB.

“O amor é como fantasmas de que todos falam, mas que ninguém viu”
(Arthur Schopenhauer)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo examinar a Dedução Metafísica das Categorias, verificar sua importância para o projeto kantiano de uma lógica que se arvora a conhecer e legitimar as categorias do entendimento. No prefácio da 1ª edição, Kant expõe o problema da impossibilidade da Metafísica como ciência. Na Introdução da edição B da Crítica da Razão Pura (doravante CRP), ele faz distinção dos diferentes tipos de conhecimentos que têm sua fonte no intelecto e na experiência. Também apresenta os juízos analíticos, os sintéticos e os sintéticos a priori. Na segunda parte da CRP, ele apresenta divisão da Lógica, que consiste em Lógica Geral e suas subdivisões (Pura e Aplicada, e Analítica e Dialética), Lógica Particular, e Lógica Transcendental e suas subdivisões (Analítica Transcendental e Dialética Transcendental). A Analítica Transcendental trata com exclusividade sobre a faculdade do entendimento e se divide em Analítica dos Conceitos e Analítica dos Princípios. É na Analítica dos Conceitos que se situam a Dedução Metafísica e a Dedução Transcendental. Na Dedução Metafísica Kant trata detalhadamente sobre os juízos e faz correções à lógica aristotélica e de sua época, e apresenta sua Tábua de juízos da qual vai derivar a Tábua das Categorias, que são conceitos puros do entendimento.

Palavras-Chave: Analítica dos Conceitos, Dedução Metafísica, Tábua das Categorias

ABSTRACT

This work aims to examine the Metaphysical Deduction of categories, verify its importance for the Kantian project of a logic that is to know and legitimize the categories of understanding. In the preface to the 1st edition, Kant exposes the problem of the impossibility of Metaphysics as a science. In the Introduction to Issue B of *Pure Reason Criticism*, he distinguishes between the different types of knowledge that have their source in intellect and experience. It also presents analytical, synthetic and synthetic a priori judgments. In the second part of *CRP*, it presents division of Logic, which consists of General Logic and its subdivisions (Pure and Applied, and Analytical and Dialectic), Particular Logic, and Transcendental Logic and its subdivisions (Transcendental Analytical and Transcendental Dialectic). The Transcendental Analytics deals exclusively with the faculty of understanding and is divided into Analytical Concepts and Analytical Principles. It is in the Analysis of Concepts that the Metaphysical Deduction and Transcendental Deduction are situated. In the *Metaphysics Deduction* Kant deals in detail about the judgments and makes corrections to the Aristotle logic and its time, and presents his Table of judgments from which the Tables of Categories will derive, which are pure concepts of understanding.

Keywords: Concepts Analytics, Metaphysical Deduction, Category Table

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	08
2.ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA O PROJETO KANTIANO DE UMA LÓGICA TRANSCENDENTAL	10
2.1 Sensibilidade	14
2.1.1 <i>Espaço e Tempo</i>	15
2.2 Entendimento	17
3.SOBRE A LÓGICA TRANSCENDENTAL	18
3.1 Lógica Pura E Aplicada	19
3.1.1 <i>O Problema da Verdade</i>	20
3.2 Lógica Geral Analítica E Dialética	22
3.3 Lógica Transcendental	23
3.3.1 <i>Analítica Transcendental e Dialética Transcendental.</i>	24
4.SOBRE A DEDUÇÃO METAFÍSICA DAS CATEGORIAS	27
4.1 Analítica Transcendental	27
4.1.2 <i>Analítica Dos Conceitos</i>	28
4.1.2.1 <i>O Fio Condutor</i>	29
4.1.3 <i>Dedução Metafísica</i>	30
4.1.3.1 <i>Do uso lógico do entendimento</i>	31
4.1.3.2 <i>A função lógica do entendimento nos juízos</i>	32
4.1.3.3 <i>As Categorias como conceitos puros do entendimento</i>	35
4.1.3.4 <i>O elo entre a Tábua dos Juízos e a Tábua das Categorias</i>	36
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	42

1.INTRODUÇÃO

Kant (1724-1804), nasceu em Königsberg, na Prússia Oriental; lá viveu e lá morreu aos oitenta anos. Jamais se interessou seriamente por assuntos de amor ou família. filho de uma família pietista protestante e descendente de estirpe escocesa. Dedicou sua atenção a um ponto, a saber, como era possível o conhecimento humano, e investigou o processo pelo qual o sujeito entra em contato com o objeto e como pode aquele adquirir certeza deste. (Rohden, 2008, p.110)

Este trabalho tem por objetivo examinar o caminho percorrido por Kant para chegar até a Dedução Metafísica das Categorias, na Crítica da Razão Pura. No primeiro capítulo nos aprofundamos em abordar elementos fundamentais da teoria kantiana que corroboram no progresso de sua Crítica, a saber, a problemática da Metafísica que consta no prefácio da 1ª edição. Kant relata a Metafísica como o “teatro das disputas infundáveis” da razão, que caía sempre nos engodos dessa pretensa ciência. Ainda evidenciamos a divisão que Kant, no prefácio da 2ª edição, faz do conhecimento, o distinguindo em empírico e puro, onde o primeiro se dá a posteriori e o segundo, a priori.

Depois, continuamos a falar sobre a classificação dos juízos, que se diferenciam em analíticos e sintéticos. Ora, os juízos analíticos podem ser somente a priori, enquanto os juízos sintéticos podem ser a posteriori, e agora, com o *insight* kantiano, surgem também os juízos sintéticos a priori, que são o verdadeiro problema da razão pura.

Kant ressalta na segunda parte da obra, que o espírito humano é constituído de uma faculdade sensível e outra intelectual, isso ele faz retomando o trabalho feito na Estética Transcendental, para poder começar de forma concatenada na Lógica Transcendental, assunto do segundo capítulo deste trabalho, onde apresentamos a divisão feita na Lógica, conforme sua forma de operar. Ora, ele divide a Lógica em Geral, Particular e Transcendental, logo após as subdivide. A Lógica Geral pode ser Pura ou Aplicada, e Analítica ou Dialética, enquanto a Lógica Transcendental divide-se em Analítica Transcendental e Dialética Transcendental. A lógica particular não desperta o interesse de Kant, por ser apenas uma “organon de esta ou aquela ciência”. É sobre a Analítica Transcendental que está o escopo deste trabalho, mais precisamente, em uma de suas divisões, a saber, Analítica dos Conceitos. A outra parte da divisão é a Analítica dos Princípios, que não trataremos aqui. Na Analítica dos Conceitos contém a Dedução Metafísica e a Dedução Transcendental, é sobre a dedução metafísica das categorias que nos debruçamos a estudar.

Por analítica dos conceitos não devemos entender a decomposição dos conceitos, mas a decomposição da própria faculdade de pensar. A dedução metafísica tem sua divisão em três seções. A primeira versa sobre o uso lógico do entendimento em geral, onde Kant traz a definição de juízo, a segunda seção, por sua vez, trata das formas do juízo, e por fim, a terceira, sobre as categorias.

2.ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA O PROJETO KANTIANO DE UMA LÓGICA TRANSCENDENTAL

Esse capítulo tem por objetivo situar-nos no caminho percorrido por Kant até adedução metafísica da Tábua das Categorias, que ele nos apresenta em sua exposição sobre a Lógica Transcendental, que por sua vez, é a segunda parte da Crítica da Razão Pura. Kant inicia, fazendo uma rememoração da Estética Transcendental, trazendo de modo preambular, a distinção entre Lógica Geral e Lógica Transcendental (lógica de uso particular do entendimento).

Ora, retornando ao prefácio da primeira edição da CRP, lembramos que Kant nos traz a problemática da razão humana, que reincidentemente, cai em disputas sem fim, quando se apercebe que sua natureza não lhe dá as condições possíveis para conhecer legitimamente as questões que aparecem, dessa forma a razão se vê perplexa e atormentada. Diante disso, a razão vai ao encontro de princípios que lhe dê segurança, porém:

Assim, a razão humana cai em obscuridades e contradições, que autorizam a concluir dever ter-se apoiado em erros, ocultos algures, sem contudo os poder descobrir. Na verdade, os princípios de que se serve, uma vez que ultrapassamos limites de toda experiência, já não reconhecem nesta, qualquer pedra de toque. O teatro destas disputas infundáveis chama-se Metafísica. (KANT, 2010, p.03)¹

Ora, dado um certo indiferentismo da época com relação à metafísica, Kant parte para investigá-la, fazendo da lógica seu instrumento de via segura.

Encontrado o problema da metafísica com relação ao conhecimento, isto é, da referência do conhecimento a seu objeto. Kant percebe que a forma correta de resolver o problema da metafísica residiria no modo de se estabelecer a correta referência de seus conceitos a seu objeto de conhecimento, pois as ciências que ele examinou no Prefácio da 2ª edição, como a matemática e a física, deixaram de ser, como ele diz, “mero tateio”, e encontraram a “via segura da ciência” justamente ao descobrir sua adequada relação com seu objeto: ao estabelecer a correta relação com seus objetos específicos, essas ciências descobriram a chave para encontrar, cada uma, seu método de produzir conhecimento.

Mas, no caso da metafísica, observa Kant:

¹ Prefácio da Primeira Edição

O destino não foi até hoje tão favorável que permitisse trilhar o caminho seguro da ciência à metafísica, conhecimento especulativo da razão completamente à parte e que se eleva inteiramente acima das lições da experiência, mediante simples conceitos (não, como a matemática, aplicando os conceitos intuição), devendo, portanto, a razão ser discípula de si própria (KANT, 2010, p.18)²

Aqui está um problema: Para Kant, a metafísica se caracteriza como “conhecimento especulativo da razão”. Então, na metafísica, a razão, sem sair de seus conceitos, adquire conhecimentos a partir de seus próprios princípios, e não precisa recorrer à experiência para a obtenção ou verificação dos conhecimentos que alcançou a partir de conceitos, exclusivamente. A metafísica com isso opera uma passagem do lógico ao ontológico, ou seja, ela usa as regras do pensamento usadas pela lógica para descobrir os objetos que ela quer conhecer puramente por meio da razão, e por isso, ao contrário dos demais conhecimentos, ela não tem a experiência como guia para indicar seus erros.

Referente a isso, citamos Molinaro (2002, p.43), que diz: “Neste relevo a crítica kantiana, seja embora negativa, é significativa e irrefutável; sem referência ao ser, sem encontro com ele. toda metafísica é impossível e, no caso que se dê uma tal metafísica, é ilusória.”²

Kant observou o motivo pelo qual a metafísica ainda não havia encontrado a via segura da ciência se deve ao fato da mesma fundamentar-se sobre juízos analíticos, isto é, a metafísica comete um erro lógico, tentando extrair da análise uma conclusão sintética. Então:

Devia pensar que o exemplo da matemática e da física que, por efeito de uma revolução súbita, se converteram no que hoje são, seria suficientemente notável para nos levar a meditar na importância da alteração do método que lhes foi tão proveitosa e para, pelo menos neste ponto, tentar imitá-las, tanto quanto o permite a sua analogia, como conhecimentos racionais, com a metafísica. Tentemos, pois, uma vez, experimentar se não se resolverão melhor as tarefas da metafísica, admitindo que os objetos se deveriam regular pelo nosso conhecimento, o que assim já concorda melhor com o que desejamos, a saber, a possibilidade de um conhecimento a priori desses objetos, que estabeleça algo sobre eles antes de nos serem dados. Trata-se aqui de uma semelhança com a primeira idéia de Copérnico; não podendo prosseguir na explicação dos movimentos celestes enquanto admitia que toda a multidão de estrelas se movia em torno do espectador, tentou se não daria melhor resultado fazer antes girar o espectador e deixar os astros imóveis. (KANT, 2010, p.19)³

A metafísica, diante de sua pretensão de se afirmar como uma ciência, resta a ela, revolucionar o modo como se relaciona com seu objeto, seguindo o exemplo da matemática e da física. Tal mudança na relação com seu objeto, foi fundamental para a abertura da possibilidade de conhecimento a priori. Para Kant, a existência do conhecimento a priori é uma condição *sine qua non* para garantir a necessidade que se requer ao conhecimento

² Prefácio da Segunda Edição

³ *ibidem*

objetivo. Só é possível o conhecimento a priori de um objeto, se o objeto se regular pela faculdade do conhecimento, isto é, uma parte do objeto conhecido deve, necessariamente, “encontrar-se” no próprio sujeito.

O conhecimento a priori dos objetos não poderia se efetivar se a nossa intuição se regulasse pela natureza do objeto, pois pelo fato de derivar da experiência, o conhecimento teria de ser a posteriori.

Essa nova forma estabeleceu a matemática e a física como ciências. Então, Kant realiza esta “revolução” no conhecimento de modo geral. A revolução copernicana fez das estruturas transcendentais os princípios sobre os quais se assenta o conhecimento humano.

Sigamos para a concepção kantiana de conhecimento, que ele apresenta na introdução. Na primeira seção Kant explica sobre a distinção entre conhecimento puro e conhecimento empírico. A princípio ele admite que o conhecimento humano começa com experiência, embora não derive dele. A interação entre o conhecimento puro e o empírico é que produz o conhecimento. Como ele fala:

Pois bem poderia o nosso próprio conhecimento por experiência ser um composto do que recebemos através das impressões sensíveis e daquilo que a nossa própria capacidade de conhecer (apenas posta em ação por impressões sensíveis) produz por si mesma, acréscimo esse que não distinguimos dessa matéria prima, enquanto a nossa atenção não despertar por um longo exercício que nos torne aptos a separá-los. (KANT, 2010, p.36)

E mais:

Há pois, pelo menos, uma questão que carece de um estudo mais atento, e que não se resolve à primeira vista; vem a ser esta: se haverá um conhecimento assim, independente da experiência e de todas as impressões dos sentidos. Denomina-se a priori esse conhecimento, e distingue-se do empírico, cuja origem é a posteriori, ou seja, na experiência. (ibidem)

O conhecimento puro podemos entendê-lo como aquele que além de a priori, concede aos seus juízos uma rigorosa e verdadeira universalidade. Nenhuma universalidade, suposta e comparativa, lhe cabe. Não admite exceções em quaisquer que sejam as regras, nem alguma derivação da experiência. Assim é validado como um conhecimento absolutamente a priori.

O conhecimento empírico é composto das informações fornecidas pela experiência, e sem ela são impossíveis, pois dependem dela. Assim, sempre são a posteriori. Enquanto no conhecimento puro não há a presença do objeto na experiência, nem modificação do sujeito, no conhecimento empírico, a modificação do sujeito se dá pela experiência apreendida pela sensibilidade, ou seja, há uma afecção do sujeito pelos objetos da experiência. Diante disso,

lembramos que em Kant, conhecimento a priori é conhecimento puro, e se expressa na forma de juízos acerca dos conteúdos.

Kant, na seção IV da introdução da CRP, traz uma distinção entre juízos analíticos e juízos sintéticos, vejamos:

Em todos os juízos, nos quais se pensa a relação entre um sujeito e um predicado (apenas considero os juízos afirmativos, porque depois é fácil aplicação a os negativos), essa relação é possível de dois modos. Ou o predicado B pertence ao sujeito A como algo que está contido nesse conceito A, ou B está totalmente fora do conceito A, embora em ligação com ele. No primeiro caso chamo analítico ao juízo, no segundo sintético. (KANT, 2010, p.42)

No começo, falamos sobre os juízos analíticos, utilizados pela metafísica, agora vamos tentar entendê-los. Kant utiliza dois juízos como exemplos: “Os corpos são extensos” e “Os corpos são pesados”. A afirmação de que todos os corpos são extensos se configura como juízo analítico porque não é necessário sair do conceito “corpo” para chegar ao predicado “extensão”. O predicado é inerente ao “conceito do sujeito” e nada lhe acrescenta ou amplia.

Já no segundo exemplo, o “ser pesado” modifica o sujeito. Não é um predicado que possa ser dito de todos os corpos. Essa adjunção faz deste juízo, um juízo sintético.

Antes de Kant admitia-se esses dois tipos de juízos ou proposições: os analíticos a priori e os sintéticos a posteriori. A sua “revolução copernicana” passou por admitir a classe dos juízos sintéticos a priori. Contrariando a tradição, que tinha as proposições matemáticas como analíticas, Kant afirma que as mesmas são sintéticas, para isso exemplifica:

1. Os juízos matemáticos são todos sintéticos. Esta proposição parece até hoje ter escapado às observações dos analistas da razão humana e mesmo opôr-se a todas as suas conjecturas; é, contudo, incontestavelmente certa e de conseqüências muito importantes. Como se reconheceu que os raciocínios dos matemáticos se processam todos segundo o princípio de contradição (o que é exigido pela natureza de qualquer certeza apodítica), julgou-se que os seus princípios eram conhecidos também graças ao princípio de contradição; nisso se enganaram os analistas, porque uma proposição sintética pode, sem dúvida, ser considerada segundo o princípio de contradição, mas só enquanto se pressuponha outra proposição sintética de onde possa ser deduzida, nunca em si própria. (ibidem, p.46)

Ora, as proposições da matemática, tanto da aritmética quanto da geometria são a priori. Ele traz o exemplo de $5 + 7 = 12$, como exemplo clássico do que se tem por proposição analítica, mas afirma que o número 12 não é pensado, juntamente com 5 e 7. É necessária uma síntese. Destarte, quanto maiores forem os números, mais se precisará da intuição para que a síntese aconteça. Estes são necessários e universais como os juízos analíticos, mas são sintéticos, a priori e efetivamente ampliam o conhecimento.

Na verdade, o grande problema da razão pura, reside aqui: “Como são possíveis os juízos sintéticos a priori?” A metafísica depende da solução desse problema.

A crítica da razão pura procura impor limites às pretensões de conhecimento da metafísica tradicional, sugerindo a famosa distinção entre o campo de atuação da razão científica e o campo de atuação da razão especulativa.

Podem e devem-se pois considerar sem efeito todas as tentativas empreendidas até hoje para constituir, dogmaticamente, uma metafísica, porque o que numa ou noutra há de analítico, ou seja, mera decomposição de conceitos que residem a priori na razão, não é ainda a finalidade, é apenas um preliminar à autêntica metafísica, que deve alargar sinteticamente o conhecimento a priori. (KANT, 2010, p.52)

Para essa empreitada, ressalta na segunda parte da Crítica, sobre a constituição do nosso conhecimento, que ele se dá mediante a interação simultânea de duas fontes fundamentais do espírito, que são a receptividade das representações e a espontaneidade dos conceitos (conhecer o objeto mediante às representações). Aqui já aparece um dos pontos cruciais da teoria do conhecimento kantiano, que é a relação de interdependência entre essas duas fontes do espírito, como ele mesmo diz: “Nenhuma destas qualidades tem primazia sobre a outra. Sem a sensibilidade, nenhum objecto nos seria dado; sem o entendimento, nenhum seria pensado. Pensamentos sem conteúdo são vazios; intuições sem conceitos são cegas.” (ibid, p.89)

Essa relação de conjugação da sensibilidade com o entendimento faz do pensamento kantiano um sistema distinto tanto do racionalismo quanto do empirismo, visto que nesses sistemas, esses elementos aparecem numa atuação separada, enquanto na crítica kantiana, somente pela sua união pode-se obter conhecimento. Essa distinção veremos no decorrer do texto. Cabe-nos agora, expor o que Kant entende por sensibilidade e entendimento, já que são termos fundamentais de seu sistema.

2.1 Sensibilidade

Como sensibilidade, Kant entende a faculdade que o homem possui de receber sensações, pelas quais nos sujeitamos a sermos modificados pelo objeto. E a essa apreensão imediata do objeto denomina intuição.

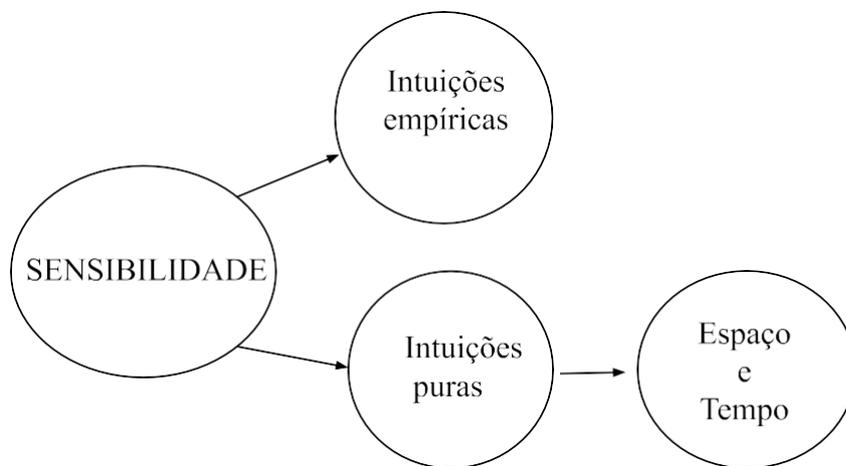
Nesse momento ele argumenta que as intuições podem ser empíricas ou puras. A intuição é empírica quando diz respeito à receptividade do nosso espírito em receber representações, desde que sofra de algum modo a afecção do objeto dado.

Entretanto, as intuições puras, não aparecem como uma afecção, que simples e unicamente são impressas pelo objeto no sujeito, como afirma Polo (2007, p.30):

Existe na sensibilidade, portanto, um elemento que não é pura afecção, mas que, justamente, é o modo segundo o qual a afecção é recebida. Esse elemento, que apesar de não ser espontâneo, não é redutível à pura afecção, é duplo e fixa o modo determinado como recebemos a afecção sensível. Esse modo duplo de receber é, para Kant, o espaço e o tempo.

Então temos no nível da sensibilidade a seguinte divisão:

FIGURA.1



Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2023.

Visto que as intuições puras se distinguem das intuições empíricas por não tratar da simples aparição do objeto, mas daquilo que o sujeito imprime nas representações, cabe-nos entender como o Espaço e o Tempo aparecem como formas a priori da sensibilidade, que prescindem das sensações concretas.

2.1.1 - Espaço e Tempo

Sobre o Espaço e o Tempo, como vimos, pertencentes à sensibilidade do sujeito transcendental, e não aos objetos, devemos destacar que em Kant há uma modificação no modo como essas estruturas aparecem em paradigmas tradicionais. Essa forma de conceber inaugurada por Kant se constitui como um dos pontos importantes para estabelecer o que ele denomina de Revolução Copernicana.

Ora, a tradição aristotélica pressupunha um conceito de espaço e tempo que resistia no medievo, tradição no qual encontramos que essas categorias pertenciam aos objetos. No pensamento de Aristóteles, o Espaço é um lugar onde o sínolo está contido, como retrata no seu *Organon*:

Quanto ao caso do lugar, assumido como quantidade, o contrário é mais plausível. Com efeito, definimos superior como contrário de inferior, quando na verdade chamamos de inferior à região que se acha no centro da Terra, porque a distância máxima é a que vai do centro aos pontos cardeais do universo. (ARISTÓTELES, 1987, p.66)

Apesar que durante a Idade Medieval o aristotelismo sofreu várias críticas, sua filosofia, todavia, atravessou a era cristã, ganhando força no século XIII, com Tomás de Aquino (1225-1274), que afirma na Suma Teológica: “Aristóteles diz que nem tudo que existe está em algum lugar, mas só o corpo móvel.”(AQUINO, 2001, p.549)

Mais do que a visão de mundo aristotélica, Kant defronta-se com o paradigma newtoniano e o pensamento de Leibniz, que tinham suas inferências sobre o tema espaço-tempo.

Se, para Newton, a representação do tempo tem como características, ser absoluta e objetiva, para Kant não há problema com a primeira característica, porém o tempo no pensamento kantiano jamais aparece objetivamente, mas subjetivamente.

Paradoxal ao pensamento newtoniano, temos Leibniz, que está de acordo com Kant, quanto à subjetividade como característica do tempo, porém colidem quando o assunto é a relação de dependência que o tempo tem com os objetos da realidade, os quais Leibniz considera que são coisas existentes em si mesmas e independem das estruturas a priori da sensibilidade. Então Newton, Leibniz e Kant estão em direções opostas. A história nos mostra que a concepção newtoniana de tempo e espaço absolutos, prevaleceu durante muito tempo, depois deram maior atenção às suas leis matemáticas.

Mas voltemos a Kant e a sua teoria sobre a sensibilidade.

Kant, diferentemente dos pensadores supracitados, retira as categorias espaço e tempo das coisas e as coloca na sensibilidade do sujeito. Com isso, ele elabora uma doutrina do conhecimento sensível e de suas formas a priori, que ele chama de Estética Transcendental.

Até aqui refletimos sobre as regras que regem a sensibilidade, e como vimos, o nosso conhecimento é proveniente de duas estruturas fundamentais do intelecto. Nos resta falar sobre o entendimento, que tem como ciências de suas regras, a lógica, como Kant expõe: “Eis porque distinguimos a ciência das regras da sensibilidade em geral, que é a estética, da ciência das regras do entendimento, que é a lógica.”(KANT, 2010, p.52)

Ao estudar sobre o entendimento é mister traçar o percurso que Kant propõe, abordando a Lógica e suas divisões, para atingir a tábua das categorias apresentada na parte intitulada Lógica Transcendental.

2.2 Entendimento

Enquanto a sensibilidade, como já foi mencionada, é a faculdade mental pela qual as coisas nos são dadas, o entendimento é a faculdade pela qual as coisas são pensadas. Se na primeira fonte temos suas representações, as intuições, na segunda as representações são os conceitos.

Conhecer mediante conceitos é a atividade fundamental do entendimento. E tal como a sensibilidade, ele apresenta-se dividido por Kant em conceitos empíricos e conceitos puros. “Como, porém, há intuições puras e há intuições empíricas (conforme mostra a estética transcendental), poder-se-ia também encontrar uma distinção entre pensamento puro e pensamento empírico dos objectos.” (KANT, 2010,p.91)

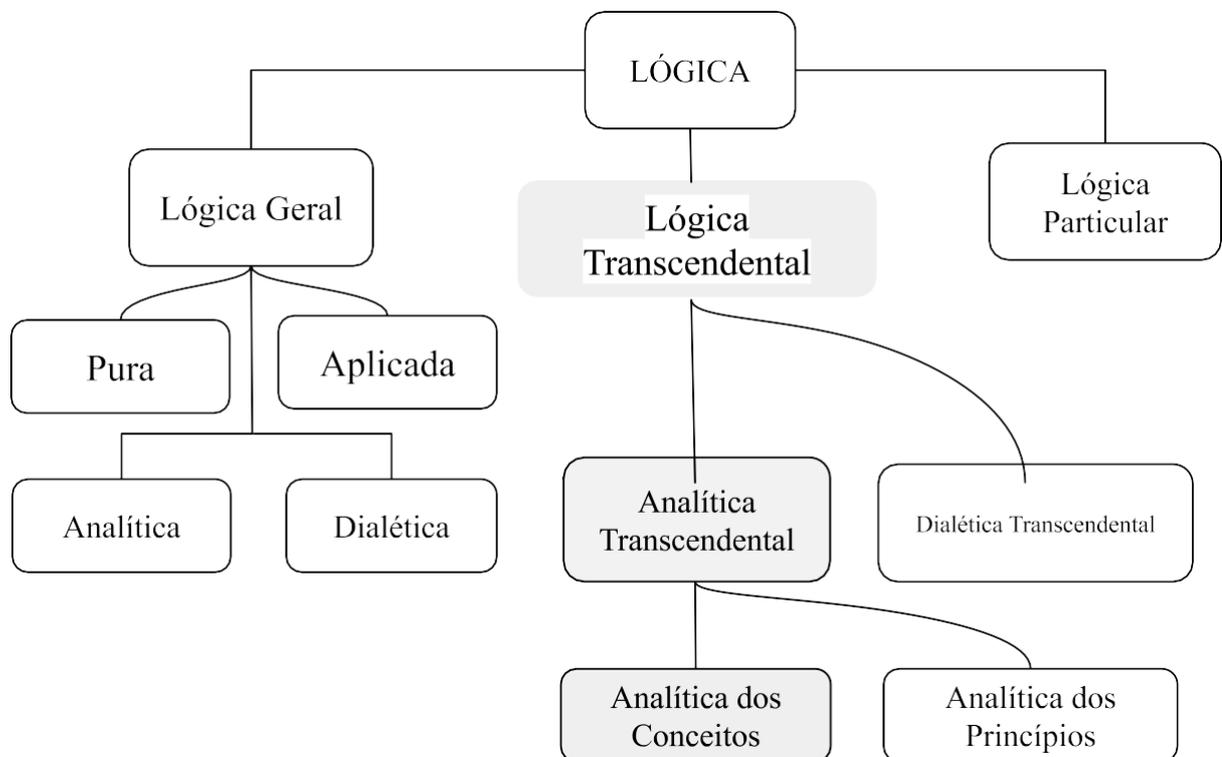
Para chegar até aos conceitos puros foi necessário a Kant fazer considerações sobre a Lógica, que já estava estabelecida como ciência do intelecto em geral. Como apresentado acima, ele a divide em: a) lógica geral, b) lógica particular e c) lógica transcendental. A primeira subdivide-se em Analítica e Dialética, a segunda não apresenta divisões, e a terceira em Analítica Transcendental e Dialética Transcendental. É ao campo da Analítica Transcendental que nosso trabalho se dedica, visto conter em sua constituição a Analítica dos Conceitos, parte fundamental para chegarmos à dedução metafísica das Categorias.

Dessas divisões trataremos no próximo capítulo que versa sobre a Lógica Transcendental.

3. SOBRE A LÓGICA TRANSCENDENTAL

Como mencionado no capítulo anterior, vejamos como Kant divide a ciência que rege o entendimento, a saber, a lógica.

Façamos uso do mapa mental:



Fonte: Elaborada pelo próprio autor, 2023.

Inicialmente ele discorre sobre a lógica que a mesma pode ser considerada numa dupla perspectiva. E a primeira perspectiva diz respeito ao uso do entendimento num âmbito geral, podendo ser chamada de lógica elementar ou, como o próprio nome indica, lógica geral.

Diferentemente, a segunda perspectiva que a lógica apresenta é o seu uso particular, a qual funciona como um *organon*, um instrumento para as diferentes ciências. Como ele diz:

Esta última, na maioria dos casos, toma a dianteira nas escolas, como propedêutica das ciências, embora, segundo o curso da razão humana, seja a que esta mais tardiamente alcança, somente quando a ciência, de há muito concluída, apenas carece do último retoque que a corrija e a aperfeiçoe. (KANT, 2010, p.89)

Essa lógica de uso particular não atende aos pré-requisitos de uma ciência do intelecto em geral, de modo que ele a deixa, e segue com a decomposição da lógica geral.

Por que a lógica particular não serve ao projeto de ciência do entendimento?

Ora, o entendimento exerce suas atividades mediante regras, e essas regras carecem de se apresentarem de forma geral e necessária, não segundo um uso determinado, instrumentalizado na instrução de um saber, ou “ciências”, termo que Kant utiliza, como vimos.

3.1 Lógica pura e aplicada

No que diz respeito à lógica geral, Kant dá outro passo, dividindo-a em lógica pura e lógica aplicada. A lógica pura é caracterizada por conter as regras das leis necessárias do pensamento, se restringindo ao elemento formal do entendimento, e analisando as regras que aparecem a priori no seu uso em geral. Sobre a lógica pura, afirma Kant: Na primeira, abstraímos de todas as condições empíricas relativamente às quais se exerce o nosso entendimento, por exemplo, da influência dos sentidos, do jogo da imaginação, das leis da memória, do poder do hábito, (A53/B78)

Entende-se, pois, que, para desempenhar essa tarefa de perscrutar as regras a priori do entendimento, é uma condição irrevogável, a exclusão de todo conteúdo de proveniência sensível. Deve-se colocar à parte as intuições e conceitos empíricos que o entendimento produz baseados na experiência.

Na outra margem, situa-se a lógica aplicada, que diferentemente da lógica pura, não se abstrai do empírico, mas ocupa-se exatamente das regras do uso do entendimento naquilo que a psicologia nos instrui, as condições empíricas subjetivas. Diante disso, devemos observar que ela ainda conserva seu caráter geral na medida em que, quanto à sua atuação no uso do entendimento, a faz sem distinguir os objetos, apesar de seus princípios empíricos. Kant afirma: “Por esse motivo não é um cânone do entendimento em geral, nem um organon de ciências particulares, mas simplesmente um *catarticon* do entendimento comum.” (KANT, 2010, p.90)

Aqui vemos que lógica pura e lógica aplicada se contrapõem, visto que a lógica aplicada não pode exercer a tarefa de cânone do entendimento. De acordo com Kant, “é uma representação do entendimento e das regras do seu uso necessário in concreto, ou seja, sob as condições contingentes do sujeito, ...”(Kant, 2010, p.91).

Destarte, a lógica aplicada age como um elemento catártico, ou seja, purificador dos possíveis erros que pode incorrer ao sujeito, dada sua influência psicológica.

Assim, somente uma lógica geral e pura, capaz de se restringir àquilo que há de formal no uso do pensamento com relação a quaisquer conteúdos, será considerada um cânone do entendimento em geral. Nela são inerentes duas regras, que segundo Kant, os lógicos devem ter sempre presentes:

1. Enquanto lógica geral, abstrai totalmente do conteúdo do conhecimento do entendimento e da diversidade dos seus objetos e refere-se apenas à simples forma do pensamento.
2. Enquanto lógica pura não tem princípios empíricos, por conseguinte nada vai buscar à psicologia (ao contrário do que por vezes se tem julgado) pelo que esta não deverá ter influência alguma sobre o cânone do entendimento. É uma doutrina demonstrada, e tudo nela tem de ser certo inteiramente a priori. (KANT, 2010, p.90)

Dito isto, Kant argumenta que, como indicamos no capítulo anterior, as intuições das quais tratam a Estética Transcendental, são intuições puras ou empíricas, e daqui “poder-se-ia também encontrar uma distinção entre pensamento puro e pensamento empírico dos objetos.”(KANT, 2010, p.91)

Perspicazmente, ele abre o caminho para atingir uma lógica que se arvora a conhecer a origem do conhecimento dos objetos, uma lógica que conhece as representações e o modo como são aplicadas ou possíveis unicamente a priori, a que ele denomina lógica transcendental. Falaremos sobre ela mais adiante, numa outra seção.

Kant, depois disso, ainda no campo da lógica geral, dá mais um passo no que concerne à sua divisão. Dessa vez, faz distinção entre a lógica geral analítica e a lógica geral dialética, utilizando como escopo, o problema da verdade como correspondência.

3.1.1 O Problema da Verdade

Para a introdução dessa repartição que Kant apresenta sobre a lógica geral, ele coloca como pano de fundo, o problema da verdade. A pergunta sobre o que é a verdade, é responsável supostamente por levar aos lógicos a confundirem-se na tentativa de respondê-la. É admitida por Kant, a noção tradicional de verdade como correspondência. Embora, porém, já aponte que sua simples definição não é suficiente para o estabelecimento do problema da verdade do conhecimento, como afirma:

Que é a verdade? A definição nominal do que seja a verdade, que consiste na concordância do conhecimento com seu objeto, admitimo-la e pressupomo-la aqui; pretende-se, porém, saber qual seja o critério geral e seguro da verdade de todo conhecimento. (KANT, 2010, p.93)

A noção de verdade como correspondência significa que ela deve consistir na concordância de um conhecimento com o objeto. Não obstante, Kant, em sua análise, busca encontrar um critério universal e geral da verdade do conhecimento.

Na concepção de verdade como correspondência, pressupõe-se que, nesse pré-requisito de concordância do conhecimento com o objeto, está implícito que o objeto ao qual o conhecimento refere-se, deve distinguir-se dos outros, pois, se assim não for, precipita-se numa falsidade do conhecimento. Assim, afirma: “Ora, um critério geral da verdade seria aquele que fosse válido para todos os conhecimentos, sem distinção de seus objectos.” (KANT, 2010, p.93)

Encontra-se aqui um obstáculo. Como um critério universal e geral, que abstrai todo conteúdo, se refere à verdade desse conteúdo, de modo que lhe faça correspondência?

Kant relata nesse ponto a existência de contradição, visto que não é possível que esse critério geral contenha a forma da verdade dos conteúdos do conhecimento, sendo que já deles se abstraiu.

O filósofo pretende neste momento, dizer que, se o conhecimento pressupõe referência a determinado conteúdo e o universal não está dado nesse conteúdo, que só aparece a posteriori, esse mesmo conteúdo é ignorado por não conter nada de universal.

Então temos que não se pode exigir universalidade daquilo que é singular. A característica da universalidade pertence à forma do conhecimento, logo, não pode ser encontrada na matéria.

Dito isto, continua:

Assim, o critério puramente lógico da verdade, ou seja, a concordância de um conhecimento com as leis gerais e formais do entendimento e da razão, é uma *conditio sine qua non*, por conseguinte a condição negativa de toda a verdade; e quanto ao erro que incida, não sobre a forma, mas sobre o conteúdo, não tem a lógica pedra de toque para o descobrir. (KANT, 2010, p.94)

Kant nos mostra que o critério lógico da verdade é uma condição indispensável para a construção do conhecimento verdadeiro, todavia, é a condição negativa da verdade, ou seja, para um conhecimento ser verdadeiro, é necessário que esteja em conformidade com os critérios universais do entendimento e da razão, não pode contradizê-lo. Mas o elementar fato de determinado conhecimento está em concordância com essas regras gerais, não atesta ao

conhecimento, a sua veracidade, pois seria fundamentalmente necessário que fosse possível verificar a concordância com o objeto a que se refere.

Depreende-se que, a lógica geral, como detentora do status de ciência das regras do entendimento, da faculdade de pensar; dispõe dos meios para identificar os erros no que diz respeito à forma do conhecimento, quando houver contradição com relação aos critérios lógicos da verdade, mas quando se trata da matéria do conhecimento, dos conteúdos, ela se mostra ineficaz, pois não possui os aportes necessários para identificar o erro. Essa condição insuficiente da lógica geral exprime o motivo pelo qual os lógicos “enredavam-se em lamentáveis dialelos”, como Kant (2010) proferiu.

Esse problema da verdade, enunciado por Kant, constitui parte importante de sua crítica do conhecimento, e também da metafísica que até então, tinha a pretensão de atingir o conhecimento verdadeiro fazendo uso de insuficientes inferências lógicas, que estavam restritas ao seu formalismo.

Posto a base mediante a qual Kant nos apresenta a divisão da lógica geral em Analítica e Dialética, dediquemos a próxima seção a elas.

3.2 Lógica geral analítica e lógica geral dialética

Como vimos na seção acima, onde abordamos o problema da verdade, a parte que se dedica à investigação dos critérios lógicos é a analítica da lógica geral. Ela é a “pedra de toque” da verdade que se apresenta de forma negativa. Vejamos como descreve:

Esta parte da lógica geral pode pois chamar-se analítica e é, por isso mesmo, a pedra de toque, pelo menos negativa, da verdade, na medida em que, primeiramente, comprovar e avaliar com base nestas regras, todo conhecimento, quanto à sua forma, antes de investigar o seu conteúdo para descobrir se em relação ao objeto contém uma verdade positiva.(KANT, 2010, 94)

Pelo uso da Analítica, nos é possível saber quando um conhecimento não está respeitando os princípios lógicos, e por isso, incorre em não ser verdadeiro. A analítica empenha-se em descobrir e garantir a coerência formal do conhecimento. Somente até aqui ela pode ir sem incidir em evidente contradição. Diante de seu limite, a lógica geral não pode por si, ser suficiente para determinar a verdade e nem a objetividade do conhecimento, como o próprio Kant atesta ao dizer que “[...] ninguém pode atrever-se a ajuizar dos objetos apenas

mediante a lógica, e a afirmar seja o que for antes de sobre eles ter colhido, fora da lógica, uma informação fundamentada [...]”(ibidem, p.94)

Todavia, essa “arte especiosa”, como chama Kant, pode tentar aos intelectos que a possuem, ao abuso de se querer dar a forma do entendimento a todos conhecimentos, e assim utilizar o que, como já mencionamos, é um cânone da faculdade de julgar para prestar serviço como organon. Kant não nega a existência do seu uso nesse sentido, mas chama de ilusão essa prática de, a partir da lógica geral, produzir-se afirmações que se pretendem objetivas. “À lógica geral considerada como pretense organon, chama-se dialética.”(KANT, 2010, p.95)

A essa lógica dialética, Kant faz analogia com a arte sofística da antiguidade, capaz de envornizar com a verdade até a ignorância, embelezar as divagações vazias, e camuflando erros apoiados em arquiteturas lógicas bem construídas, dando-lhes às suas afirmações uma bela aparência de verdade. Por isso, Kant refere-se a esse tipo de uso da lógica geral, como lógica da aparência. Os conhecimentos enunciados pela lógica dialética eram belos, segundo a forma, mas vazios segundo o conteúdo.

Ora, devemos ter viva na mente, a premissa seguinte: sempre que a lógica geral for utilizada para inferir sobre os conteúdos, utilizada como instrumento, será ela uma lógica da aparência e, por assim dizer, dialética.

Até aqui não foi possível atingir a verdade objetiva de um conhecimento, pois que a verdade como correspondência não resolve a aporia, que, como podemos perceber, depois de toda busca, o problema do conhecimento ainda persiste diante da possibilidade de um critério universal da verdade na lógica formal e sua impossibilidade de referir-se verdadeiramente aos conteúdos do conhecimento.

Defronte disso, ficamos com essa questão para refletirmos: Haverá um conhecimento universal e necessário do objeto? Trataremos sobre isso mais adiante.

Vejamos na próxima seção sobre a Lógica Transcendental.

3.3 Lógica Transcendental

No capítulo anterior foi feita menção à lógica transcendental, e cuidaremos de elucidar seu significado aqui, levando em consideração que ela é a segunda parte da Crítica da Razão Pura, e contém em sua constituição o objeto de investigação deste trabalho.

Ora, já sabemos que o conhecimento verdadeiro não é atingível nem pela pureza nem pela análise da lógica geral. Visto que não é possível, asseverar juízos a respeito dos objetos, a partir da formalidade com a qual a lógica geral opera. Para solucionar essa questão, se faz necessário uma lógica que pretenda superar esses limites, próprios da lógica geral, essa será a lógica transcendental. Vejamos o que diz Reale e Antiseri (1990):

[...] enquanto a lógica formal não considera a origem dos conceitos, limitando-se a estudar as leis que regulam os seus nexos, a lógica transcendental estuda a origem dos conceitos e se ocupa especificamente com aqueles conceitos que não provêm dos objetos, mas que provêm a priori do intelecto e, no entanto, se referem a priori aos próprios objetos. (REALE e ANTISERI, 1990, p.883)

O que significa, pois, transcendental, sendo que somente uma lógica transcendental se demonstrará capaz de assegurar o conhecimento a priori dos objetos?

Kant apresenta observações importantes para a compreensão do termo transcendental empregado por ele. Primeiramente, não é correto usar o termo transcendental para todo conhecimento a priori, porque o termo designa aquele conhecimento, que além de a priori, possibilita conhecermos “que” e “como” as representações da sensibilidade (intuições) e as representações do entendimento (conceitos) “são aplicadas e possíveis simplesmente a priori.” Em conformidade com isso, Kant diz que: “Transcendental significa possibilidade ou uso a priori do conhecimento. (KANT, ano, p.92)

Kant se preocupa em esclarecer que representações a priori, como o espaço, e suas determinações geométricas, ainda que a priori, não podem ser transcendentais. Mas somente ao “reconhecimento da origem não empírica dessas representações” e “à possibilidade de se referirem a priori a objetos da experiência” denominar-se-á transcendental.

Uma lógica transcendental então, como propõe Kant (2010), deve ser uma ciência que determina “a origem, o âmbito e o valor objetivo desses conhecimentos”.

Assim como na Estética Transcendental, que divide as representações da faculdade da sensibilidade em intuições puras e empíricas, cabe lembrar que ele faz o mesmo com a faculdade do entendimento, sustentando a tese de existência de conceitos empíricos e conceitos puros. Daqui, depreendemos que a lógica transcendental está inclinada para a análise dos conceitos puros, e não pode conter em si, nada de empírico, pois seria contrário à sua natureza lógica, e também não pode abstrair do todo conteúdo, pois isso é papel da lógica geral. Portanto, a lógica transcendental tem como função, examinar os conceitos puros do conhecimento e a origem do conhecimento, pois à lógica geral não se inclina a tais preocupações, mas somente à forma do conhecimento.

A existência desses conceitos puros que podem se referir a objetos, de um modo total e unicamente a priori, e não intuitivo, é o que demarca a lógica transcendental e a distingue da lógica geral.

3.3.1 Analítica Transcendental e Dialética Transcendental

Na Estética Transcendental, Kant isolou a sensibilidade como objeto de investigação, e esperadamente, na Lógica Transcendental, ele investiga o entendimento, mantendo fora do campo investigativo a faculdade sensível. Assim, os elementos puros envolvidos na construção do conhecimento que têm origem no entendimento, é que constituirão a área que a lógica transcendental pretende analisar. Esse recurso metodológico utilizado por Kant não significa que sensibilidade e entendimento possam produzir o conhecimento de forma separada, mas Kant está apenas demonstrando como cada um tem seu modo de operar. As intuições e os conceitos não se separam na construção do conhecimento. São absolutamente necessários e é indispensável que interajam simultaneamente.

Tal como Kant dividiu a lógica geral em analítica e dialética, ele também o fez na lógica transcendental, chamando suas partes de analítica transcendental e dialética transcendental. Pelo que nos diz:

[...] a parte da lógica transcendental que apresenta os elementos do conhecimento puro do entendimento e os princípios, sem os quais nenhum objeto pode, em absoluto, ser pensado, é a analítica transcendental e, simultaneamente, uma lógica da verdade. (KANT, 2010, p.96)

A analítica transcendental conserva semelhança com a analítica da lógica geral, no que diz respeito a apresentar os conceitos puros do entendimento e os princípios que possibilitam pensar os objetos. E, concomitante a isso, é uma lógica da verdade, imprescindível para o conhecimento dos objetos.

Anteriormente, vimos na lógica geral analítica, que se algum conhecimento não estivesse em concordância com as regras gerais e universais, esse conhecimento não podia ser verdadeiro, pois tinha perdido sua forma. Aqui na analítica transcendental, quando um conhecimento contraria seus elementos e princípios, perde seu conteúdo. Isso pode acontecer ainda que, quanto à lógica geral, esteja em consonância. Mesmo assim, ao perder seu conteúdo, não será possível uma verdade objetiva.

Sobre essa parte da lógica transcendental trataremos mais adiante, pois nos será oportuno para concatenar nossa exposição sobre os passos dados por Kant para uma dedução metafísica das categorias.

A dialética transcendental é a segunda parte da lógica transcendental. Ela consiste na crítica da aparência dialética, que acontece quando há o uso do entendimento puro para ajuizar acerca dos objetos em geral. Para Kant,

Como, a lógica, deveria ser apenas um cânone para ajuizar do uso empírico (do entendimento), é abuso dar-lhe o valor de organon para um uso geral e ilimitado, e constitui um atrevimento julgar, afirmar e decidir sinteticamente sobre objetos em geral, utilizando somente o entendimento puro. (KANT, 2010, p.96)

Do mesmo modo que vimos na dialética da lógica geral, acontece na apreciação da dialética transcendental, quando se trata da posse de um conhecimento tão tentador.

Encontramos esses erros, próprio dos metafísicos, na tentativa vazia de emitir juízos sobre Deus, sobre a alma e o mundo, como se, dessas coisas tivéssemos intuições ou elas nos tivessem fornecido conteúdos, dos quais nos fossem possíveis inferir juízos.

Ora, se o uso das regras simplesmente formais e universais com fins a conhecer os objetos da experiência, apresenta uma contradição, muito mais incoerente será que uma lógica transcendental, que tem por condição examinar conceitos puros que se refiram a objetos, se arvora a conhecer o incondicionado, aquilo que está além dos limites da experiência.

Depois dessa exposição das divisões que a lógica apresenta, e que além de uma lógica geral, se faz necessária uma lógica transcendental, que contém em sua analítica transcendental, o caminho necessário, para chegarmos aos conceitos puros do entendimento, a saber, as categorias do entendimento. No próximo capítulo abordaremos a dedução metafísica das categorias, parte que compõe a Analítica dos Conceitos, que por sua vez, compõe parte da Analítica Transcendental.

4.SOBRE A DEDUÇÃO METAFÍSICA DAS CATEGORIAS

Este capítulo é a parte culminante deste trabalho, porque nele trataremos sobre a dedução metafísica da tábua das categorias e como ela advém da tábua dos juízos. Vimos na obra kantiana, sobre a divisão da Analítica Transcendental, que ela consiste em Analítica dos Conceitos e Analítica dos Princípios. É sobre esta primeira que, impreterivelmente, devemos discorrer.

Retomemos algumas considerações sobre a Analítica Transcendental, que são importantes para prosseguirmos.

4.1 A Analítica Transcendental

Ora, a analítica transcendental, como o próprio nome indica, é para Kant, o ato de decompor o “conhecimento a priori” em “elementos do conhecimento puro do entendimento”. Mas para que assim ocorra, KANT (2010), apresenta algumas condições criteriosas que devem ser atendidas na analítica transcendental. Ele as coloca assim: “1. Que os conceitos sejam puros e não empíricos.”(p.97)

Vimos anteriormente que existem conceitos empíricos e conceitos puros. Kant, aqui, está dizendo que na analítica transcendental, os conceitos devem ter sua origem unicamente no entendimento, então puros. E: “2. Que não pertençam à intuição e nem à sensibilidade, mas ao pensamento e ao entendimento.”(p.97)

Diante dessa condição, deve-se excluir tudo que tenha sua origem na experiência, ou mesmo, aquelas intuições que não sejam empíricas, como é o caso das intuições puras da sensibilidade (espaço e tempo). Essa condição advém da primeira como uma consequência lógica. E ainda: “3. Que sejam conceitos elementares e sejam bem distintos dos derivados ou dos compostos de conceitos elementares.”(p.97)

Os conceitos puros, originários do entendimento devem ser elementares, pois será a partir deles que surgirão os conceitos derivados ou compostos. Ao verificar-se a sua impossibilidade de ser um conceito que deriva-se de outro, achar-se-á a sua origem pura. E por fim: “4. Que a sua tábua seja completa e abranja totalmente o campo do entendimento puro.” (p.97)

Essa quarta condição diz respeito ao conhecimento da totalidade dos conceitos puros, no qual sua tábua, uma vez construída, seja suficiente e segura para explicar o entendimento.

Essas condições ou critérios são fundamentais para que a analítica transcendental seja considerada, como vimos antes, uma lógica transcendental da verdade. Kant está querendo com isso, assentar a perfeição de sua tábua, visto que, para ele, os lógicos se depararam diante de tentativas mal sucedidas em propor tábuas incompletas.

Ora, esta integral perfeição de uma ciência não pode ser aceite com confiança se assentar apenas sobre o cálculo aproximativo de um agregado, obtido por simples tentativas; daí que seja somente possível mediante uma idéia da totalidade do conhecimento a priori do entendimento e [pela] divisão, determinada a partir dessa idéia, dos conceitos que o constituem, por conseguinte pela sua interconexão num sistema. (KANT, 2010, p.97)

Em conformidade, Reale e Antiseri (1990) nos traz que a analítica, em seu sentido transcendental, decompõe a faculdade intelectual para nela procurar seus elementos essenciais, os conceitos a priori e estudar o seu uso sistematicamente.⁴

Ao encerrar a seção sobre a analítica transcendental, Kant expõe sua divisão, a qual já foi anteriormente, por nós, mencionada. Reitero que consiste em dois livros, a Analítica dos Conceitos e a Analítica dos Princípios. No primeiro livro pode ser estudada a análise dos conceitos puros do entendimento, e no segundo, os princípios com os quais opera o entendimento. Como nossa pesquisa quer investigar sobre a dedução metafísica das categorias, nos deteremos no livro da Analítica dos Conceitos.

4.1.2 A Analítica dos Conceitos

Por análise dos conceitos, é fácil deduzir erroneamente, que significa a decomposição dos conceitos. Entretanto, o que Kant propõe na analítica dos conceitos é a decomposição da “própria faculdade do entendimento” com vistas a examinar a existência dos conceitos a priori. Ele mesmo diz:

Por analítica dos conceitos entendo não a análise dos mesmos ou o processo corrente em investigações filosóficas, de decompor, segundo o seu conteúdo, os conceitos que se oferecem e clarificá-los, mas a decomposição, ainda pouco tentada, da própria faculdade do entendimento, para examinar a possibilidade dos conceitos a priori, procurando-os somente no entendimento, como seu lugar de origem, e analisando

⁴ REALE E ANTISERI, pág 883

em geral o uso puro do entendimento; esta é propriamente a tarefa de uma filosofia transcendental. (KANT, 2010, p.99)

Ora, para realizar essa dupla tarefa de buscar o lugar de origem dos conceitos a priori e analisar o uso puro desses conceitos, é necessário uma conexão que nos conduza até aos conceitos em estado de “germes”, ou seja, os primeiros conceitos, que dotados de pureza, germinarão ao manter contato com a experiência. Tal como fala:

Seguiremos pois os conceitos puros até aos seus primeiros germes e disposições no entendimento humano, onde se encontram preparados, até que, finalmente, por ocasião da experiência, se desenvolvam e, libertos pelo mesmo entendimento das condições empíricas que lhe são inerentes, sejam apresentados em toda a sua pureza. (KANT, 2010, p.99)

4.1.2 *O fio condutor*

Quanto a esse caminho a seguir, na busca dos conceitos mais básicos, não se deve segui-lo a arrem, ou de forma casual e desorganizada. É mister a presença de um “fiocondutor” que dê a regra, a direção e a segurança para o estabelecimento da determinação a priori dos conceitos puros, e a constituição de sua tábua, que deve ser completa.

Kant aponta criticamente os métodos usados pelos lógicos que o antecederam no que diz respeito à análise e descrição das faculdades envolvidas no processo do conhecimento. Conforme ele,

[...] quando se põe em jogo uma faculdade de conhecimento, surgem, consoante as diferentes circunstâncias, diversos conceitos, que dão a conhecer essa faculdade e se podem reunir numa lista mais ou menos pormenorizada, conforme o tempo aplicado na sua observação e o grau de perspicácia com que se procedeu. Não se poderá nunca determinar com segurança, por este processo, de certo modo mecânico, quando estará terminada tal investigação. Também os conceitos, que assim se descobrem ocasionalmente, não apresentam nenhuma ordem nem unidade sistemática; são por fim agrupados por analogias e conforme a grandeza do seu conteúdo, desde os mais simples aos mais complexos, colocados em séries que nada têm de sistemáticas, embora de certo modo estabelecidas metodicamente. (KANT, 2010, p.101)

Nesse ponto, Kant torna nítida a sua não aprovação à mecanicidade com a qual se realizava essa importante tarefa de análise das faculdades do conhecimento. Ele não concorda que os lógicos, quando em posse de uma lista de conceitos, os agrupavam sem um sistema e sem uma ordem, e pior, sem um fio condutor que possibilitasse essa sistematicidade e ordem

dos conceitos. Aqui está presente, também, as ressalvas à tábua aristotélica e a pretensão de Kant em fazer-lhe correções. Encontramos em Reale e Antiseri (1990), o seguinte:

Segundo Kant, Aristóteles, ao redigir sua “tábua” de suas categorias, procedeu de modo apressado e episódico, sem um “fio condutor” que lhe permitisse alcançar a perfeita ordem e caráter completo.

Mas Kant acredita ter encontrado tal fio condutor. Ele consiste no seguinte: como “pensar” é “julgar”, então deve haver tantas “formas” do pensamento puro, ou seja, tantos “conceitos puros” ou “categorias” quantas são as formas do juízo. (REALE e ANTISERI, 1990, p.884-885)

Ora, para Kant, a filosofia transcendental tem em sua característica, o dever de demonstrar esse fio condutor, pois é com ele que será possível proceder de forma correta e segura para uma análise da faculdade do conhecimento. Segundo ele:

A filosofia transcendental tem a vantagem, mas também a obrigação de procurar esses conceitos segundo um princípio; porque brotam do entendimento como de uma unidade absoluta, puros e sem mistura, têm de se ligar entre si segundo um conceito ou uma ideia. Tal conexão, porém, fornece-nos uma regra pela qual se pode determinar a priori o lugar de cada conceito puro do entendimento e a integridade de todos em conjunto; o que, de outro modo, estaria dependente do capricho ou do acaso (KANT, 2010, p.101)

Essa conexão que concede ao sistema uma regra capaz de determinar o local de cada conceito puro e o modo com o qual opera cada conjunto. Porque, diferente disso, o sistema do entendimento, juntamente com suas funções estariam comprometidos. Um fio condutor, então é parte fundamental para se empreender uma análise da faculdade do entendimento.

Ainda no primeiro capítulo da Analítica dos Conceitos, que dispõe sobre o fio condutor, em sua primeira seção, Kant discorre sobre o uso lógico do entendimento.

4.1.3 Dedução Metafísica

A dedução metafísica tem por finalidade estabelecer a quantidade e a identidade de cada categoria do entendimento por intermédio das formas do juízo. No tocante à Crítica da Razão Pura, a dedução visa legitimar a existência e o uso dos conceitos puros do entendimento. A dedução que demonstra a existência de tais conceitos é chamada de dedução metafísica, já a que legitima o uso a priori de tais conceitos é a dedução transcendental, que não será objeto de estudo deste trabalho.

A dedução metafísica tem sua divisão apresentada em três seções. A primeira versa sobre o uso lógico do entendimento em geral, onde Kant traz a definição de juízo, a segunda seção, por sua vez, trata das formas do juízo, e por fim, a terceira, sobre as categorias.

4.1.3.1. Do uso lógico do entendimento

Sobre a primeira seção da dedução metafísica pode-se dizer que Kant afirma que o entendimento é uma faculdade de conhecer por meio de conceitos, e nunca pode ser por intuições. Conhecer por meio de conceitos é julgar, e julgar é essencialmente unificar nossas ideias.

Segundo Silva (2015), para Kant, o entendimento (ou intelecto) é uma faculdade cognitiva não sensível, uma faculdade de conhecer por conceitos. Experiência e conhecimento surgem de um trabalho de cooperação entre intuições e conceitos. Ambos, a experiência e o conhecimento, somente são possíveis em última instância pela atividade da cognição humana, isto é, ambos são discursivos. Enquanto as intuições sensíveis assentam nas afecções, e se fundam na receptividade das impressões; os conceitos assentam em funções, e se fundam na espontaneidade do pensamento. As intuições aferem uma pluralidade de sensações desestruturadas que por meio do espaço e do tempo recebem uma primeira ordenação.

Entretanto, estas sensações primeiramente ordenadas pelo espaço e tempo necessitam de um conceito para que haja um objeto. O conceito imprime uma regra às sensações e promove unidade e determinação, forma e estrutura, à multiplicidade caótica de sensações. Ele funciona assim em sentido kantiano como um elemento estruturador da experiência humana.

Kant (2010), afirma que:

Assim, o conhecimento de todo entendimento, pelo menos do entendimento humano, é um conhecimento por conceitos, que não é intuitivo, mas discursivo. Todas as intuições, enquanto sensíveis, assentam em afecções e os conceitos, por sua vez, em funções...[...]. E, "O entendimento não pode fazer outro uso destes conceitos a não ser, formular juízos." (KANT, 2010, p.102)

Segundo Kant (2010), o "juízo é, pois, o conhecimento mediato de um objeto, portanto a representação de uma representação desse objeto" (ibidem). Isto porque, como "nenhuma representação, exceto a intuição, se refere imediatamente ao objeto, um conceito nunca é referido imediatamente a um objeto, mas a qualquer outra representação (quer seja intuição ou

mesmo já conceito)”(ibid). Por ser um conhecimento mediato, o juízo é representação de representação. Apenas a intuição é uma representação imediata de objetos. Já o juízo pode ser representação de outra representação, sendo esta, representação de uma intuição, ou pode ser já a representação de um conceito. Para Kant,

Em cada juízo há um conceito válido para diversos conceitos e que, nesta pluralidade, compreende também uma dada representação, referindo-se esta última imediatamente ao objeto. Assim, neste juízo, por exemplo, todos os corpos são divisíveis, o conceito de divisível refere-se a diversos outros conceitos; entre eles refere-se aqui, particularmente, ao conceito de corpo, e este, por sua vez, a certos fenômenos que se apresentam a nós. Estes objetos são, pois, apresentados mediamente pelo conceito de divisibilidade (KANT, 2010, p.102-103)

O exemplo do conceito de divisibilidade, permite a Kant demonstrar que ele pode se referir a vários outros corpos. Mas também o conceito “corpo” comporta uma diversidade de elementos que se nos apresentam, um animal, um vegetal, ou outra coisa.

Estas determinações, ou múltiplos conhecimentos, são reunidas no juízo em uma. Todo juízo é um ato de conceitualização. Quando Kant (2010) diz “todos os juízos são funções da unidade entre as nossas representações” destaca que em todo juízo há a unificação, ou reunião, de representações sob um conceito. Função aqui é entendida no sentido de Aristóteles de operação, atividade; no juízo, sua atividade fundamental, é produzir unidade de representações sob algum conceito.

Segundo Silva (2015), os conceitos puros são regras de segunda ordem, ou regras que geram outras regras; isto é, regras para a formação de conceitos empíricos que são regras ditas de primeira ordem para a determinação de uma unidade no múltiplo das sensações.

4.1.3.2 A função lógica do entendimento nos juízos

Kant demonstra que ao realizar o ato de se abstrair de um juízo, todo o seu conteúdo, de modo que fique apenas a sua forma, é possível encontrar nelas, as funções do pensamento. Ele as distribui em quatro grupos, e em cada grupo, três funções. Desta forma:

Se abstrairmos de todo o conteúdo de um juízo em geral e atendermos apenas à simples forma do entendimento, encontramos que nele a função do pensamento pode reduzir-se a quatro rubricas, cada uma das quais contém três momentos. Podem comodamente apresentar-se na seguinte tábua: 1. Quantidade dos juízos: Universais, Particulares, Singulares; 2. Qualidade: Afirmativos, Negativos, Infinitos; 3. Relação: Categóricos, Hipotéticos, Disjuntivos; 4. Modalidade: Problemáticos, Assertóricos, Apodícticos. (KANT, 2010, p.103-104)

De acordo com Kant, o entendimento desempenha uma função puramente formal nos juízos. Ele então, apresenta a tábua dos juízos com suas doze funções.

Vejamolas de forma esquemática:

Quadro 1

Tábua dos juízos		
Quantidade	1. Universais 2. Particulares 3. Singulares	Todo S é P Algum S é P Este S é P
Qualidade	1. Afirmativos 2. Negativos 3. Infinitos	S é P S não é P S é não P
Relação	1. Categóricos 2. Hipotéticos 3. Disjuntivos	Todo S é P (e Todo P é R, logo, Todo S é R) Se S é P, então S é R (e se S é P, logo, S é R) S é ou P ou R (e S não é R, logo, S é P)
Modalidade	1. Problemáticos 2. Assertóricos 3. Apodíticos	S é possivelmente P S é efetivamente P S é necessariamente P

Fonte: Elaborada pelo próprio autor, 2023.

Quantidade dos Juízos

A quantidade de um juízo é dependente da extensão do seu sujeito. Dito isto, em relação à quantidade, eles podem ser:

Universais: um juízo é universal quando o seu sujeito possui extensão universal. Por exemplo: Todo homem é mortal. O sujeito “homem” é universal, pois abrange o conjunto de todos os homens;

Particulares: um juízo é particular quando o seu sujeito possui extensão particular. Exemplo: Alguns animais são homens. O sujeito “animais” é particular, pois apenas uma parte dos animais é que são homens;

Singulares: um juízo é singular quando o seu sujeito possui extensão singular. Por exemplo: Este talher é de prata. O sujeito “talher” é singular, pois a partícula “este” está se referindo a um único indivíduo “talher”.

Qualidade dos juízos

A qualidade de um juízo é dependente do caráter afirmativo ou negativo da cópula entre sujeito e predicado. Dito isto, em relação à qualidade, eles podem ser:

Afirmativos: um juízo é afirmativo quando a cópula entre sujeito e predicado possui valor afirmativo. Por exemplo: Todo homem é mortal. A cópula possui valor positivo, pois o sujeito “homem” é “mortal”;

Negativos: um juízo é negativo quando a cópula entre sujeito e predicado possui valor negativo. Exemplo: Todo homem não é imortal. A cópula possui valor negativo, pois o sujeito “homem” não é “imortal”;

Infinitos: um juízo é infinito quando colocamos o sujeito em algum conceito que não está determinado no juízo, portanto, está no “infinito” de possibilidades, menos no predicado do juízo. Por exemplo: A alma é não mortal. Determinamos que a alma está no conjunto dos seres não passíveis de morrer, mas não determinamos qual é, então, o conceito em que o sujeito “alma” foi colocado. É uma determinação pela via negativa.

Relação dos Juízos

A “relação” de um juízo diz respeito às relações estabelecidas entre o sujeito e o predicado de um juízo. Dito isto, no tocante à relação, eles podem ser:

Catagóricos: um juízo é catagórico quando existe uma relação, entre sujeito e predicado, de subsistência e de inerência. Isto é, quando o predicado está inserido no sujeito. Por exemplo: A parede é sólida. O predicado “sólida” está inserido no sujeito “parede”;

Hipotéticos: quando dois juízos estão conectados um ao outro pela causalidade são juízos hipotéticos. O juízo que causa o outro é denominado de antecedente; já o que é causado denominado de conseqüente. Exemplo: “Se houver justiça perfeita, o mau obstinado será castigado (KANT, 2010, p.106). Neste juízo existe uma relação de causa e efeito;

Disjuntivos: Segundo Kant,

[...]o juízo disjuntivo encerra uma relação de duas ou mais proposições, mas não uma relação de consequência, antes de oposição lógica, porquanto a esfera de uma exclui a da outra; mas também a de comunidade porque ambas, em conjunto, perfazem a esfera do conhecimento propriamente dito;[...] (KANT, 2010, p.106)

Isto é, assim como os juízos hipotéticos, os juízos disjuntivos também apresentam uma relação entre si, porém, não uma relação de causa e efeito, mas de oposição, explicitada pela partícula “ou”. Mas, a relação entre os juízos disjuntivos não é apenas de oposição, é também de comunhão, pois cada um precisa do outro para que o seu sentido seja explicitado, e assim, o sentido do conjunto dos juízos. Por exemplo: [...] quando digo que o mundo existe por cego acaso, ou por necessidade interior ou por causa exterior, cada uma destas proposições corresponde a uma parte da esfera do conhecimento possível acerca da existência de um mundo em geral, e todas, em conjunto, à totalidade da esfera. (KANT, 2010, p.106). Vemosno exemplo várias probabilidades acerca da existência do mundo. Cada uma necessariamente exclui de si a outra. Porém, para o conhecimento do conjunto é preciso a união de todas para que o sentido seja completo.

Modalidade dos Juízos

A modalidade de um juízo não se refere ao seu conteúdo, como se referiam a quantidade, a qualidade e a relação. A modalidade se refere unicamente “ao valor da cópula em relação ao pensamento em geral” (KANT, 2010, p.107). Ela refere-se, portanto, unicamente à forma do juízo. Dito isto, em relação à modalidade, eles podem ser:

Problemáticos: um juízo é problemático quando o valor da cópula indica possibilidade. Por exemplo: “o mundo existe por cego acaso” (KANT, 2010, p.106). É possível que seja desta forma; e esta afirmação constitui-se um juízo problemático quanto à modalidade dos juízos.

Assertóricos: um juízo é assertórico quando o valor da cópula é considerado verdadeiro. Exemplo: Este animal é um gato. Se o animal a que o juízo está se referindo for de fato um gato, o juízo será verdadeiro, portanto, assertórico;

Apodíticos: um juízo é apodítico quando o valor da cópula exprime uma necessidade lógica. Por exemplo: O todo é maior que uma parte. Está presente neste juízo a necessidade lógica de que o universal é maior que o particular.

4.1.3..3 As Categorias como Conceitos puros do Entendimento

No décimo parágrafo da analítica dos conceitos, Kant retoma a distinção entre lógica geral e lógica transcendental:

A lógica geral abstrai, como repetidas vezes dissemos, de todo o conteúdo do conhecimento e espera que, por outra via, seja ela qual for, sejam dadas representações para as transformar em conceitos, o que se processa analiticamente. Em contrapartida, a lógica transcendental defronta-se com um diverso da sensibilidade a priori, que a estética transcendental lhe fornece, para dar uma matéria aos conceitos puros do entendimento, sem a qual esta lógica seria destituída de conteúdo, portanto completamente vazia. (KANT, 2010, p.108)

A lógica geral pelo processo de análise, ao receber representações, transforma-a em conceitos. Já a lógica transcendental também necessita receber o conteúdo das representações da estética transcendental para subsumi-las em conceitos. A diferença está no fato de que a lógica geral transforma analiticamente as representações em conceitos, já a lógica transcendental inclui as intuições em conceitos pré-existentes. Deste modo, a lógica geral necessita das representações da sensibilidade para formar os conceitos, já na lógica transcendental estes conceitos são puros. No entanto, ambas sem esta matéria fornecida pela sensibilidade são vazias de conteúdo.

4.1.3.4 O Elo entre a Tábua dos Juízos e a Tábua das Categorias

A síntese é o fundamento da lógica transcendental. É ela que produz o conhecimento sintético a priori, e assim, o próprio conhecimento humano, ligando intuições a conceitos.

Segundo Kant (2008), a nossa sensibilidade é a receptividade da mente de receber representações de objetos. Porém, a espontaneidade do nosso pensamento exige que este diverso seja percorrido, recebido e ligado de determinado modo para que se converta em conhecimento. A este ato dá o nome de síntese. Esse entendimento, que é a espontaneidade de nossa mente, tem por papel receber o dado sensível e “ligado” de um modo específico, constituir, assim, o conhecimento.

Kant dá a seguinte denominação de síntese: “Entendo, pois por síntese, na acepção mais geral da palavra, o ato de juntar, umas às outras, diversas representações e conceber asua diversidade num conhecimento”(KANT, 2010, p.109). A síntese é o ato de unir representações, para que desta união surja o conhecimento. A síntese, para Kant, pode ser pura ou empírica. É pura quando o diverso que será unido não pertence à experiência, mas à própria mente. É empírica quando o diverso é dado pela experiência.

A síntese do conhecimento é anterior à sua análise. Pois uma representação só pode ser dividida se antes tiver sido unida. Deste modo, é impossível um conceito ser de origem analítica como nos diz a lógica geral, sem antes ter sido gerado pela síntese.

Segundo Kant (2010), “[...] é a síntese que, na verdade, reúne os elementos para os conhecimentos e os une num determinado conteúdo; é, pois a ela que temos de atender em primeiro lugar, se quisermos julgar sobre a primeira origem do nosso conhecimento”.

Esta recomendação kantiana é de suma importância para a compreensão de seu projeto de uma lógica transcendental. Enquanto que, para a lógica geral, era preciso investigar a origem do conhecimento a partir do processo de análise, pelo qual o entendimento ao receber representações, as transformava em conceitos. Pela lógica transcendental, a origem do conhecimento está na síntese, pois é ela que reúne e une os elementos do conhecimento. De acordo com Kant,

A síntese em geral é, como veremos mais adiante, um simples efeito da imaginação, função cega, embora imprescindível, da alma, sem a qual nunca teríamos conhecimento algum, mas da qual muito raramente temos consciência. Todavia, reportar essa síntese a conceitos é uma função que compete ao entendimento e pela qual ele nos proporciona pela primeira vez conhecimento no sentido próprio da palavra. (KANT, 2010, p.109)

A síntese como um ato da imaginação é algo “cego”, pois não tomamos consciência de sua atividade. Porém, sem sua função, não seria possível o conhecimento. Quando esta síntese é realizada pelo entendimento em conceitos é que surge o conhecimento. Segundo Kant,

A síntese pura, representada de uma maneira universal, dá o conceito puro do entendimento. Entendo, porém, por esta síntese, a que assenta sobre um fundamento da unidade sintética a priori: assim, a nossa numeração é uma síntese segundo conceitos (o que é sobretudo evidente nos números elevados), porque se processa segundo um fundamento comum da unidade (o da dezena, por exemplo). Sob este conceito é, pois, necessária a unidade da síntese do diverso. (KANT, 2010, p.109)

É pela síntese pura que surge o conceito puro. O fundamento dela é a unidade sintética, a priori, uma unidade sintética originária, antes de toda experiência. Assim, ele prossegue:

Diversas representações são reduzidas, analiticamente, a um conceito (questão de que trata a lógica geral). Mas a lógica transcendental ensina-nos a reduzir a conceitos, não as representações, mas a síntese pura das representações. O que primeiro nos tem de ser dado para efeito do conhecimento de todos os objetos a priori é o diverso da intuição pura; a síntese desse diverso pela imaginação é o segundo passo, que não proporciona ainda conhecimento. Os conceitos, que conferem unidade a esta síntese pura e consistem unicamente na representação desta unidade sintética necessária, são o terceiro passo para o conhecimento de um dado objecto e assentam no entendimento (KANT, 2010, p.109-110)

Inicialmente, Kant distingue o modo como as lógicas geral e transcendental operam a constituição de conceitos. Em seguida, ele nos apresenta os passos a serem realizados na constituição do conhecimento a priori. Inicialmente, deve ser dado o diverso da intuição pura (espaço e tempo), para que em um segundo momento este diverso seja sintetizado pela imaginação. Por fim, o conceito puro dará unidade à síntese. Resumindo, o primeiro elemento é o próprio material sensível, depois a imaginação sintetiza sob as intuições puras este diverso, e, por fim, a imaginação sintetiza a intuição sensível nos conceitos puros. Estes três passos tornam possível o conhecimento a priori dos objetos. Ainda, de acordo com Kant:

A mesma função, que confere unidade às diversas representações num juízo, dá também unidade à mera síntese de representações diversas numa intuição; tal unidade, expressa de modo geral, designa-se por conceito puro do entendimento. O mesmo entendimento, pois, e isto através dos mesmos atos pelos quais realizou nos conceitos, mediante a unidade analítica, a forma lógica de um juízo, introduz também, mediante a unidade sintética do diverso na intuição em geral, um conteúdo transcendental nas suas representações do diverso; por esse motivo se dá a estas representações o nome de conceitos puros do entendimento, que se referem a priori aos objetos, o que não é do alcance da lógica geral. (KANT, 2010, p.110)

A função que dá unidade à forma do juízo, também unifica o conteúdo da intuição. O conceito puro é, pois, a unidade da síntese das representações de uma intuição. É próprio do entendimento realizar tanto a unidade analítica dos conceitos, dando origem à forma lógica do juízo, como a unidade sintética que origina os conceitos puros. A unidade analítica é um procedimento realizado pela lógica geral, e que tem como resultado a forma lógica do juízo, com sua tábua dos juízos. Já a unidade sintética é realizada pela lógica transcendental, tendo por base a forma lógica do juízo e, assim, originando os conceitos puros (a tábua das categorias). Os conceitos puros possuem uma referência a priori aos objetos. Como eles pertencem à lógica transcendental, sua investigação ultrapassa os limites da lógica geral. A síntese pura é, portanto, o elo entre a tábua dos juízos e a tábua das categorias.

Dessa maneira, segundo Kant,

[...] originam-se tantos conceitos puros do entendimento, referidos a priori a objetos da intuição em geral, quantas as funções lógicas em todos os juízos possíveis que há na tábua anterior; pois o entendimento esgota-se totalmente nessas funções e a sua capacidade mede-se totalmente por elas. Chamaremos a estes conceitos categorias, como Aristóteles, já que o nosso propósito é, de início, idêntico ao seu, embora na execução dele se afaste consideravelmente. (KANT, 2010, p.110)

Para cada função lógica corresponde um conceito puro. O entendimento é demarcado pelas funções lógicas. Kant atribui o mesmo nome aos conceitos puros que Aristóteles atribuiu: categorias. O objetivo de ambos os filósofos era elaborar um testamento do

entendimento humano. Porém, Aristóteles queria determinar o conhecimento humano puramente a partir da lógica geral, por meio do método analítico. Já para Kant, o conhecimento era produzido a partir da lógica transcendental, por intermédio da síntese.

São em número doze os conceitos puros do entendimento. A tábua das categorias possui quatro classes, contendo, cada uma, três categorias. A primeira e segunda classe referem-se aos objetos dados na intuição. Já a terceira e quarta classe fazem referência à existência dos mesmos. Em cada classe a terceira categoria é fruto da ligação da primeira com a segunda. Exemplo: A totalidade é fruto da síntese da unidade com a pluralidade. Porém, mesmo com esta característica, todos os doze conceitos são originários, puros.

Esquemáticamente se tem a seguinte tábua em que se observa que a cada forma de juízo visto acima corresponde uma categoria:

Quadro 2

TÁBUA DOS JUÍZOS	TÁBUA DAS CATEGORIAS
I. QUANTIDADE	
1. universal 2. particular 3. singular	1. unidade 2. pluralidade 3. totalidade
II. QUALIDADE	
1. afirmativo 2. negativo 3. infinito	1. realidade 2. negação 3. limitação
III. RELAÇÃO	
1. categórico 2. hipotético 3. disjuntivo	1. substância e acidente 2. causa e efeito 3. comunidade (reciprocidade)
IV. MODALIDADE	
1. problemático 2. assertórico 3. apodítico	1. possibilidade 2. existência - não-existência 3. necessidade - contingência

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2023.

Para Kant,

[...] só mediante eles pode compreender algo no diverso da intuição, isto é, pode pensar um objeto dela. Esta divisão é sistematicamente extraída de um princípio comum, a saber, da faculdade de julgar (que é o mesmo que a faculdade de pensar) e não proveniente, de maneira rapsódica, de uma procura de conceitos puros,

empreendida ao acaso e cuja enumeração, sendo concluída por indução, nunca se pode saber ao certo se é completa, sem pensar que desse modo nunca se compreenderia porque são esses e não outros os conceitos inerentes ao entendimento puro. (KANT, 2010, p.111)

Sem os conceitos puros não é possível o conhecimento de nenhum objeto da intuição. A “tábua das categorias” provém do “fio-condutor” que é a essência do entendimento: ser uma “faculdade de julgar”. Sem este “fio-condutor” todo achado seria mera probabilidade. Não seria possível saber se a tábua estaria completa ou não. Nem, ao menos, a justificativa do lugar que cada conceito ocuparia no entendimento.

Os procedimentos realizados por Kant confirmaram o estatuto transcendental das categorias, legitimando seu projeto de uma lógica transcendental, a partir de uma investigação que abordou os conceitos fundamentais do entendimento puro, em vista de avaliar a referência a priori aos objetos do conhecimento.

a. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho examinou e descreveu o caminho trilhado por Kant até o estabelecimento do estatuto a priori das categorias do entendimento. De sorte, que entendemos que para Kant, parte do conhecimento do objeto é realizada pelo próprio sujeito. O conhecimento parte da experiência, mas não deriva dela. A simultaneidade existente entre intuições e conceitos é fundamental para o conhecimento verdadeiro.

Nos preocupamos em apresentar a disposição dos elementos de forma acessível ao leitor, visto que a leitura da Crítica da Razão Pura é exaustiva, e contém pontos de difícil interpretação.

Na divisão da Lógica, deixamos de lado a lógica particular, pois como Kant não a considera um cânone do entendimento, mas um organon das ciências, não teria a serventia para chegar a um lugar seguro.

Kant deixa claro, em sua exposição, a relação de conhecimento discursivo e juízo, onde todo juízo é conceitualização, e conceituar é julgar. Ora, a atividade do entendimento é judicativa.

REFERÊNCIAS

AQUINO, S.Tomás. **Suma de Teología**. Tradução: José Martorell Capó. 4ª edição. Madrid. Biblioteca de autores Cristianos, 2001. Disponível em: <https://uncatolicoperplejo.com/wp-content/uploads/2022/05/Tomo-1-SUMA-de-Teologia-de-Santo-Tomás-de-Aquino.pdf>. acesso em: 20/07/2022.

ARISTOTELES. **Órganon: Categorias, Da Interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofisticas**. Tradução e Notas de Pinharanda Gomes.1ª Edição.Lisboa. Guimarães Editores Ltda, 1987.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. 6ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

MOLINARO, Aniceto. **METAFÍSICA: Curso Sistemático**. 1ª Edição. São Paulo: Paulus, 2002.

PIMENTA, Olavo C. **Elementos Fundamentais da Analítica Transcendental de Kant**. Dissertação de Mestrado. São Paulo. UNICAMP, 2003. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_ce16b3b90ed5a3992beb5c7b5324960f. Acesso em: 25/03/2022

POLO, Leonardo. **A Crítica Kantiana do Conhecimento**.1ª Ed. Escala. Col. Grandes Pensadores. Trad. Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência. 2007

REALE, G. ANTISERI, D. **História da Filosofia: do Humanismo a Kant**. 2ªEd.Vol. 2. Paulus.1990

ROHDEN, Huberto. **Filosofia Contemporânea**. 1ª Edição. São Paulo. Martin Claret. 2008

SILVA, Pablo B.S. **A Concepção Kantiana de Juízos e a sua Tábua de Juízos e das Categorias**. Investigação Filosófica, Edição Especial do I Encontro Investigação Filosófica.2015